

# Língua Falada e Gramática Tradicional

**Maria Eulália Sobral Toscano**

Universidade Federal do Pará

## 1. A propósito do tema

Gostaríamos inicialmente de tecer considerações acerca de algumas noções que são pressupostas pelo tema deste trabalho, quais sejam, língua falada e norma gramatical.

Quando referimos "língua falada" da forma como o título deste artigo o faz (de maneira generalizada, não específica e não aplicável a objeto algum em particular), há o perigo de considerarmos "língua falada" como uma entidade única e homogênea, um modelo de produção oral que certamente não condiz com a realidade de nenhum idioma. Talvez possamos encontrar as raízes dessa postura em uma Linguística que privilegiou, com Saussure, a *langue* como objeto de estudo, ou preceituou, com Chomsky, o estudo da competência, ou seja, uma linguística que desconsiderou como objeto de investigação a *parole* e o desempenho.

No entanto, a variação linguística emerge em nossas práticas diárias a olhos vistos e mesmo os não-iniciados podem constatar que usamos a língua de modo diferenciado conforme diferenciadas sejam suas condições e modo de produção. Como falantes competentes, selecionamos as possibilidades da língua segundo as representações que fazemos da situação de interlocução, dos participantes, dos objetivos do encontro/dos interactantes, etc. Sob essa perspectiva, a visão monolítica sobre os fenômenos da linguagem que leva a postular uma fala idealizada, não sujeita aos condicionamentos do tempo real e surda aos fenômenos de ordem pragmática, constitui uma noção teórica que não possui equivalente empírico.

Em relação à noção de norma gramatical, entendemos que "a *norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade*" (Coseriu, 1979:74) e que a norma privilegiada pela gramática tradicional é apenas uma dentre as demais existentes. Essa norma que adquire o estatuto do certo, do bom e do belo refere um uso extraído da língua literária de épocas anteriores à dos falantes contemporâneos e é a única que se presta ao ensino. Logo, poderíamos dizer que o objeto de estudo da gramática tradicional é a língua portuguesa escrita, literária, formal, antiga (Bagno, 1999:61). Entretanto, se a referência na definição de norma é ao "como se diz" e não ao "como se deve dizer", "*a 'norma normal' se adianta à 'norma correta', (e) é sempre anterior à sua própria codificação*" (Coseriu, *op. cit.*, p. 69).

A par da norma gramatical, dita explícita, por compreender o conjunto das formas linguísticas que tenham sido objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de prescrição, constituída segundo processos sócio-históricos, codificada e consagrada em um aparelho de referência (usuários de autoridade e prestígio em matéria de linguagem, academias, gramáticas e dicionários), há outras normas, ditas implícitas – formas que, mesmo sendo raramente objeto de uma reflexão consciente ou de um esforço de codificação, não deixam de representar os usos concretos por meio dos quais os indivíduos se apresentam na sociedade (Aléong *apud* Barros, 1997:30-31).

Em assim sendo, a norma da gramática tradicional não se diferencia das demais por "qualidades linguísticas", mas por fatores de ordem político-sócio-histórica: necessidade de organização política, de unificação nacional, de domínio de grupos ou de classes (Barros, *op. cit.*, p.31). Ademais, ela é uma das normas da língua escrita, geralmente a dos grandes literatos, ou seja, a norma que responde pelos usos dos escritores de prestígio.

Explicitadas as referências que norteiam os pontos de vista aqui discutidos, cumpre-nos então caracterizar o *corpus* objeto de estudo e discriminar os objetivos desta pesquisa.

A situação de interlocução eleita para servir de palco para questões relativas à língua falada e gramática tradicional é uma aula de pós-graduação na área de Língua Portuguesa do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Pará. Logo, nosso universo de informantes é constituído por indivíduos de nível universitário, falantes da norma culta, em razão de seu grau de conhecimento sobre as possibilidades da língua e da adequação de suas manifestações lingüísticas conforme as situações de interação.

Com base nesse material, demonstraremos que a variedade<sup>1</sup> lingüística utilizada pelos informantes (norma falada culta) traz formas tanto autorizadas quanto não autorizadas pela gramática tradicional, constituindo-se numa emergência de forças opostas, um refluxo conservador e um fluxo inovador. Em seguida, discutiremos a posição do professor de língua portuguesa diante dos vários usos da língua e, por fim, questionaremos procedimentos, sugeriremos posturas.

## 2. Língua falada e norma gramatical

O discurso da gramática reconhece e/ou avaliza certos usos concretos da língua, atestando mudanças ocorridas ou em andamento, da mesma maneira como desautoriza outros, dando a voz à tradição. Comprovamos essa posição analisando, sob o filtro da tradição gramatical, alguns fatos de língua extraídos de nosso *corpus*, de modo a verificar a dialética entre uso e norma explícita, uma relação de interdependência que demonstra que determinados usos são estrangidos pela norma, e outros, as inovações, quando constantes, aceitos e divulgados por falantes de grupos sociais de prestígio tendem a se transformar em norma. Em outros termos, os usos têm forte influência na mudança lingüística, uma vez que quando formas de expressão consideradas "erradas" passam a ser utilizadas por pessoas cultas, elas perdem sua conotação negativa de "erro" e passam a constar na lista do que é "certo" e recomendado.

Muitos usos concretos da língua, no entanto, ainda não são referendados pela tradição gramatical e são referidos pelos gramáticos sob a rubrica *observações*. Encontram-se circunscritos ao que chamam "língua familiar", "linguagem não cerimoniosa", "fala vulgar", "linguagem coloquial", dentre outras denominações - uma comprovação de que esses fatos continuam marginais e ainda não conseguiram vencer a barreira da tradição. A menção deles, contudo, permite-nos afirmar que estamos diante de mudanças em andamento e que, se aceitos e confirmados pelos falantes de prestígio, sairão da lição das observações e passarão a incorporar o corpo das regularidades gramaticais.

### 2.1. *A gente* com valor pronominal

No português do Brasil, verificamos que a expressão *a gente*, com valor pronominal, na função de sujeito, antes restrito à fala popular ou familiar, é fenômeno freqüente e regular no discurso oral culto. Essa expressão alterna com a que é correspondente *nós*.

(1)

Aluno 5.: mas aí **a gente** tem de ver a perspectiva dos alunos ... porque **nós** podemos dizer que é uma forma não marcada [*gênero* de um substantivo no plural]... e essa forma não marcada ... influenciou por exemplo a escolha.

Prof.: é verdade

Aluno 5: é uma leitura possível (isso)

Prof.: é uma leitura possível... eu gostei do (termo) É uma leitura possível... **a gente** às vezes arruma teoricamente... como melhor convém ((risos))... sim... diga

Evanildo Bechara, em sua *Gramática Portuguesa*, 37ª edição revista e ampliada, datada de 2001, afirma, na parte reservada às observações, o seguinte a respeito

do emprego de "a gente":

*"O substantivo **gente**, precedido pelo artigo **a** e em referência a um grupo de pessoas em que se inclui a que fala, ou a esta sozinha, passa a pronome e se emprega fora da linguagem cerimoniosa."* (p. 166)

Celso Cunha, na Gramática do Português Contemporâneo, na 2ª edição, datada de 1971, diz:

*"Na linguagem coloquial, emprega-se a gente por nós e, também, por eu."* (p. 123)

Interessante registrar que Celso Cunha e Lindley Cintra, na Nova Gramática do Português Contemporâneo, de 1985, registram a observação sobre o uso de "a gente" da seguinte maneira:

*"No colóquio normal, emprega-se a gente por nós e, também, por eu."* (p.288)

Cumpramos pontuar a ambigüidade do termo "normal" em no "colóquio normal", que pode ser entendido tanto como uma paráfrase de "linguagem coloquial", quanto uma referência a um uso generalizado e normalizado nas conversas em qualquer situação de comunicação. De qualquer forma, esse uso ainda não está autorizado pelos gramáticos na linguagem escrita culta, ainda que seja uma expressão normal na fala culta.

## 2.2. *Você* como indeterminador do sujeito

Concorrente do *a gente*, há a expressão *você*, que sugere uma certa indeterminação do sujeito, ou encobre uma 1ª pessoa do plural. Esse uso cria um efeito de sentido de distanciamento, ou para isentar o locutor de alguma responsabilidade que o enunciado naquela enunciação poderia implicar, ou para afastá-lo do contexto e aproximá-lo do interlocutor, visto que o sentido primeiro do pronome é referir a pessoa com quem se fala (Leite, 1997:87).

(2)

Prof.: (bom) ... e o nosso plural em português como em francês também né? ... **você** tem cinqüenta mulheres e um homem ... o plural tem que ir para o masculino ... né? ((risos))

Aluno 5: na verdade o plural em português pode vir como forma não marcada também ... seria mais simples não marcar ... o plural

Prof.: é ... mas eu entendo que **você** pode deixar não marcada ... por exemplo ... se aqui nós tivéssemos ... vinte pessoas ... dezenove mulheres e SÓ você de homem ... eu não poderia dizer ...

Na seção relativa às observações, Bechara restringe o uso de "você" à língua familiar:

*"Você, hoje usado familiarmente, é a redução da forma de reverência Vossa Mercê. Caindo o pronome vós em desuso, só usado nas orações de estilo solene, emprega-se vocês como plural de tu."* (p. 166)

Celso Cunha (1971:211), em referência ao pronome "você", afirma:

*"No português europeu, a forma pronominal **tu** é de emprego geral. No português*

do Brasil, o seu uso restringe-se ao extremo Sul do País e a alguns pontos da região Norte, ainda não suficientemente delimitados. Em quase todo território nacional ela foi substituída por **você**. Pode-se mesmo dizer que para a imensa maioria dos brasileiros só há dois tratamentos de 2ª pessoa: **você**, como forma de intimidade; **o senhor, a senhora**, como forma de respeito e cortesia”.

Se o pronome “você”, na função de sujeito, referindo a pessoa com quem se fala, é reconhecido pelos gramáticos de uso generalizado e vai se gramaticalizando como pronome pessoal ao lado de “tu”, seu uso como indeterminador do sujeito não é sequer aventado, um uso que é, entretanto, bastante difundido na norma falada culta.

### 2.3. O *ter* por *haver*

Um outro fenômeno de importante menção é a utilização do verbo “ter” com valor de “haver” impessoal, uma realização que transgredir as regras da prescrição gramatical. Aliás, no português falado, popular ou culto, é alta a frequência do emprego do verbo “ter” no sentido de existir, um uso que se tem normalizado nas mais diversas situações de comunicação em língua falada.

(3)

Prof: ah não ... mas **tem** um ponto em comum:: também ...

(...)

Prof.: parada quer dizer ... parada entre aspas ... né? tá? ... ah:: curso d'água ... então já **tem** uma idéia ... mas ... em português é o volume não é isso? ... tamanho? ...

(...)

Prof.: não é isso? ... **tem** gente do sul ... também não quero falar do lugar dos outros

(...)

Prof.: a questão de parentesco ... **há** alguma coisa mais assim evidente pra NÓS do que a questão de parentesco? (...)

Em relação ao uso do “ter” por “haver”, não flagramos nenhum momento da interação aqui analisada em que o falante se corrige para atender aos preceitos da tradição gramatical, o que demonstra o grau de normalidade atingido por esse uso. Mas, esse comportamento não é regra. Nos arquivos do Projeto NURC/SP, há registros desse tipo de correção, o que demonstra estar o falante muito preocupado com a geração de uma imagem de falante culto, conhecedor da norma da gramática tradicional.

(4)

L1: agora **tem** sempre ...

L2: um ajuda o outro

L1: numa família grande **há** sempre um com tarefa de supervisor ... por instinto não é por obrigação ...

(SP-D2 360:188-191, 141)

No caso de falantes das variedades familiar, popular, dentre outras, é muito provável que ocorra a neutralização entre “ter” e “haver” em proveito do primeiro membro do par, pelo fato de não existir, para os falantes dessas variedades, contraste semântico entre esses dois verbos (Fávero, Andrade & Aquino, 1999:59). Constatamos, na realidade, que

---

<sup>1</sup>Travaglia (1996:42) utiliza o termo “variedade” “

por entender que ele coloca num mesmo nível todos os tipos de variação, ao contrário do termos

‘variante’ (...) que parece dar a idéia de que existe uma forma da língua que é central, típica, melhor e que as demais são variações dela.”

esse contraste está em vias de desaparecimento para os falantes em geral, e o emprego do "ter" por "haver" está se normalizando no português do Brasil<sup>3</sup>.

#### 2.4. Alguns casos de regência verbal

Outro campo fecundo, no âmbito desta investigação, é o da regência verbal. Observamos já consagradas na linguagem culta formal falada e na escrita padrão, formas outrora condenadas, como é o caso da construção da regência do verbo "chamar", no sentido de "dar nome", "qualificar", "apelidar". Se a regência "chamar + objeto + de + predicativo" foi corrente em Portugal no passado, não o sendo mais atualmente, no Brasil, ela se firmou durante muito tempo somente na fala popular ou informal, porém, hoje constitui fato da gramática tradicional - um uso que se transformou em norma. Assim é que, quando consultamos nossos compêndios gramaticais, verificamos que o verbo "chamar" é usado:

*"a) com objeto direto + predicativo (precedido de preposição de)*  
*Chamaram-no de mentiroso, de ingrato, e de vítima*  
*(Carlos Drummond de Andrade)*  
*(Cunha, 1971:357)*

A esse emprego, junta-se a seguinte nota de rodapé:

*"1) Esta construção, desusada em Portugal e condenada pelos puristas, é a predominante na linguagem culta brasileira e tende a sê-lo também na expressão literária modernista"*  
*(Cunha, ibid.)*

Essa observação está de acordo com o registrado em nosso *corpus*:

(5)

Prof.: o que é grande ... o que é largo ... o que é comprido ... nós **chamamos de rio**  
(...)

Prof.: tamanho ... tanto em largura quanto em comprimento ... quando é meNOR ... dependendo da região ... nós vamos **chamar de ... riacho** ... uns colocam o diminutivo de o rio ... riozinho ... quando é MENOR ainda ... a gente **chama** ... aqui no norte **de:: igarapé** ... lá no sul de ribeirão

Poderíamos continuar enumerando casos de regência verbal que, na língua falada culta, constituem fenômenos inovadores, como, por exemplo, o emprego do verbo "assistir" com objeto direto no sentido de "presenciar", o uso do verbo "aspirar", na acepção de "desejar", "pretender", com objeto direto, dentre outros. Fatos, contudo, que permanecem marginais e circunscritos à "linguagem coloquial brasileira", conforme advertem os gramáticos. Nesse particular, Sírio Possenti (1996:39) afirma que *"há muitas formas que nós eventualmente pensamos que ainda estão vivas, porque são ensinadas na escola e por isso são utilizadas raramente, de preferência na escrita, mas, na verdade, já estão mortas, ou quase, porque não são mais usadas regularmente. Por exemplo, quem é que encontra falantes reais que utilizam sempre as regências de verbos como assistir, visar, preferir etc. como as gramáticas mandam?"*.

Diante desses fenômenos e, de tantos outros, igualmente não avalizados pela norma prescritivo-tradicional, como deve se posicionar o professor de língua portuguesa? Como lidar com a variação linguística em sala de aula? Façamos, pois, uma reflexão acerca da posição do professor em relação aos vários usos da língua.

### 3. A postura do professor de português frente à variação lingüística

Estamos vivendo uma época em que vigoram duas posições contraditórias em relação à língua e seus usos:

1) a daqueles que entendem que a língua portuguesa está passando por um processo de degenerescência, quer em razão da invasão de estrangeirismos (recordemos aqui o polêmico Projeto do deputado federal paulista Aldo Rebelo (PC do B) que proíbe o uso de palavras estrangeiras, prevendo inclusive, multas para quem as empregar), quer em decorrência do modo "descuidado" com que os falantes a utilizam (lembremos as tão populares lições do professor Pasquale; as declarações do acadêmico Arnaldo Niskier, publicadas na Folha de São Paulo, em 24 de setembro de 1999, - "*(...) pode-se registrar o fato, facilmente comprovado, de que nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Rui Barbosa.*"<sup>2</sup>;

2) a daqueles que entendem que as variações e mudanças são processos naturais às línguas (posição normalmente assumida pelos lingüistas e resumida nas palavras de Marcuschi (2001:43): a língua é "*um fenômeno heterogêneo (com múltiplas formas de manifestação), variável (dinâmico, suscetível a mudanças), histórico e social (fruto de práticas sociais e históricas) [e] indeterminado sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção)*".

A primeira posição reproduz um discurso autoritário que gera discriminação e preconceito e nega a capacidade lingüística do aluno. Ou seja, um discurso que tem como única referência a norma escrita dos grupos de prestígio, um ideal de língua correto e belo que deve ser seguido por todos indiferentemente das situações de interlocução. Um discurso que, de antemão, alija e estigmatiza aqueles que não dominam essa norma prescrita. Ela ignora, portanto, que "*todas as línguas variam, isto é, (que) não existe nenhuma sociedade na qual todos falem da mesma forma*" (Possenti, 1996:33-34). E, assim, institui normas de escrever e falar segundo um prisma extremamente prescritivo e ortodoxo, desconsiderando a questão da variação lingüística.

Em relação às palavras estrangeiras, o professor Leodegário de Azevedo Filho, em matéria publicada na Veja (29 de agosto de 2001), a respeito do Dicionário elaborado pela equipe de Antônio Houaiss, diz que "*tudo o que vem de fora para simplificar permanece. Não adianta espernear. Quem dirá 'controle de embarque de passageiros' em vez de 'check-in'?*" (p.121). Na verdade, o uso de palavras estrangeiras, mais especificamente, do inglês, decorre da liderança tecnológica dos Estados Unidos e, como bem lembra a matéria da revista, "*antes do inglês, o francês teve o status de língua franca do mundo – e atraía sobre si a mesma fúria nacionalista dos defensores do idioma pátrio*" (p.121).

O discurso da segunda posição, ao contrário, admite que toda língua é variada, e que não são os grilhões dos decretos ou da gramática tradicional que frearão suas mudanças, já que é da natureza da língua a variação. Sob essa ótica, consideram-se as realizações concretas da língua, tanto falada quanto escrita, sem confundir seus papéis e contextos de uso e sem discriminar seus usuários (Marcuschi, 2001:22).

Claro está, para nós, lingüistas e professores de língua portuguesa, que postura assumir e defender. Mas talvez não esteja claro como fazer desse discurso nossa prática, uma vez que parece residir em nós mesmos as forças antagônicas da inovação e do conservadorismo.

Dionísio (2001:75-76) atesta a presença dessas forças contraditórias e do descompasso entre discurso e prática quando analisa alguns livros didáticos de português. Eis o que nos diz a pesquisadora:

---

<sup>2</sup>Os grifos nas citações são nossos, para destacarmos o registro da língua que autoriza tais formas.

"Azevedo (*Palavras e criação: língua portuguesa. São Paulo, FTD, 1996*), apesar de afirmar que 'as línguas não são imutáveis, pois sofrem alterações' e que 'as línguas também não são uniformes; refletem as diferenças entre os grupos de falantes e as diversas situações em que a fala ou a escrita ocorrem', propõe uma atividade em que o fragmento de texto utilizado evidencia uma atitude preconceituosa dos personagens (a própria professora e os demais alunos) em relação ao aluno que fala numa variedade diferente da que a professora usava:

(1)

'5. Rodrigo veio do sítio para a escola doidinho para aprender e descobrir os segredos que havia no encontro das letras. Leia o diálogo dele com a professora.

- Rodrigo, trouxe os exercícios da semana passada? Perguntou ela, cumprindo a promessa de cobrar.
- Eu truce, mas o di onti eu num consegui...

Nem acabou a frase e dona Marisa berrou:

- Repita: eu trouxe, mas o de ontem não consegui.

Rodrigo repetiu certinho, mas tremendo, vermelho e gaguejando. A sala morria de rir. Rodrigo queria morrer, sumir, virar inseto e voar.

- E por que não conseguiu?
- Tive alguns problemas e num tinha quem mi insinassi.'

(Elias José. *Uma escola assim eu quero para mim. São Paulo, FTD, 1993*)

Agora responda:

a) A língua reflete as diferenças entre os grupos de falantes. Por que Rodrigo fala diferente da professora?

Resposta do Manual do Professor: Pessoal

b) Você acha que Rodrigo deve aprender a falar e escrever na linguagem culta? Por quê?

Resposta do Manual do Professor: Pessoal."

Observa-se, em relação à tarefa proposta, que:

- a menção das variedades lingüísticas não significa respeito por elas;
- não se discutem a discriminação e o ridículo a que o personagem Rodrigo foi exposto, visto que não se discute sobre "os risos dos alunos" nem sobre "os berros da professora";
- o manual não orienta o professor na condução de um debate que leve em conta a adequação da linguagem às circunstâncias de uso.

Como se evitar então a contradição entre o que dizemos crer e o que fazemos em nossas aulas? Como fazer de nosso discurso nossa prática?

O caminho parece estar nas escolhas que empreendemos e na maneira como as trabalhamos em sala de aula. Nossa prática docente deve concorrer para o pleno desenvolvimento da competência comunicativa (lingüística, sociolingüística, textual e estratégica) de nosso alunado, possibilitando-lhe o trânsito pelos mais diferentes contextos de uso, posto que a língua constitui uma ferramenta da qual nenhum indivíduo pode prescindir ao longo de toda sua vida, onde quer que ele viva e qualquer que seja sua atividade. Cabe à escola "ensinar os alunos a perceberem a riqueza que envolve o uso efetivo da língua como um patrimônio maior do qual não podemos abrir mão", e não, "formar lingüistas ou gramáticos e muito menos analistas da fala, analistas de texto ou da conversação" (Marcuschi, 2001:30).

Os fatos de língua devem ser observados em função das variações inter- e intraculturais, interpessoais e situacionais. Em assim sendo, a gramática do certo e errado

---

<sup>3</sup>Imagine-se o constrangimento de um professor que, após recriminar o uso do ter por haver, lesse em sala de aula Drummond: "No meio do caminho tinha uma pedra/ tinha uma pedra no meio do caminho.", ou então Chico Buarque: "Tem dias que a gente se sente/ como quem partiu ou morreu...".

cede lugar à gramática do adequado e do preferível, tendo em vista as potencialidades das formas lingüísticas em relação às situações de interlocução.

É função da escola ensinar o português padrão, ou melhor, as normas cultas falada e escrita. Porém, se o aluno não se apropria dessas normas é porque não se criam condições para essa apropriação. Talvez esse insucesso esteja relacionado à mitologia do preconceito lingüístico<sup>4</sup> ("português é muito difícil"; "é preciso saber as regras gramaticais para escrever e falar bem o português", etc.) e a estratégias de ensino-aprendizagem que não levam em conta práticas efetivas, significativas e contextualizadas.

Advogamos uma pedagogia (numa trilogia que considere conjunto de métodos, conteúdos informativos e indivíduos alvo da ação educativa) que privilegie a exposição dos alunos aos dados que têm de internalizar por meio de leitura e escritura, releitura e re-escritura, para depois então passar à descrição e sistematização dos fatos de língua, até mesmo porque só se pode falar sobre algo quando se tem domínio desse algo. Um trabalho que trate os textos (e não orações isoladas ou regras gramaticais dadas *a priori*) em função da adequação ou não, a seu contexto de enunciação (modalidade de língua, registro, situação, interlocutores, objetivos comunicativos dos produtores desses textos, etc.), um trabalho em que a correção (sim, é preciso corrigir) não humilhe, castigue, reprove, estigmatize. Nesse fazer, espaço deveria ser aberto à reflexão sobre como a língua situa e classifica o indivíduo em relação à sociedade em que vive, sobre os valores sociais das variedades lingüísticas. Dessa maneira, estaríamos chamando a atenção de nossos alunos, alertando-os mesmo, para a avaliação social por que passam os usuários das diferentes formas de falar, porquanto a língua fornece meios para a identificação social de seus falantes.

Em linhas gerais, sugerimos que nossa prática em sala de aula considere:

- a) produções lingüísticas, faladas e escritas, **autênticas** de falantes **reais** em situações de uso de fato **ocorridas**;
- b) a variação sem preconceito e discriminação;
- c) os papéis desempenhados pelos falantes nas situações de comunicação;
- d) as características estruturais e comunicativas dos diferentes gêneros textuais (as inúmeras realizações empíricas de texto – carta, telefonema, conversa, palestra, aula, notícia, telegrama, resumo, relatório, monografia, etc.).

Há atualmente inúmeras publicações que podem nos ajudar a refletir sobre as relações entre variedades lingüísticas (faladas e escritas) e gramática tradicional assim como podem nos auxiliar em nossas práticas pedagógicas. Leituras que nos permitem repensar posições, que nos oferecem importantes subsídios para tratar de questões relativas à norma, uso, fala, escrita, e que podem nos orientar na otimização de nossa atuação profissional.

Há ainda um acervo bastante variado de registros de língua falada que podem ser utilizados pelo professor em sala de aula, como material para investigação e produção do conhecimento. Podemos também constituir nosso próprio banco de dados, coletando, junto com nossos alunos, textos autênticos de língua falada e língua escrita em diferentes contextos de uso, que poderão servir de objeto de nossa pesquisa-ação.

Gostaríamos finalmente de ressaltar que nosso compromisso enquanto professores deve ser com um processo de ensino-aprendizagem sensível às diferenças individuais e socioculturais, um fazer que não banalize o preconceito e nem naturalize a "beleza" e "correção" de determinadas variedades lingüísticas. Ensinar sim as normas cultas, mas para a transformação e não para a perpetuação das relações de poder e controle. Nesse sentido, a assimilação das normas cultas "*pode ser uma arma para romper o processo reprodutor de nossa sociedade, no nosso caso, o processo de reprodução lingüística que tende a silenciar usos não-prestigiados e os seus usuários*" (Mattos e Silva, 2000:27),

uma assimilação que promova a libertação, pois é só dominando o que os dominantes dominam que o dominado se liberta (Saviani,1997:66). Nosso investimento é decerto a longo prazo, mas dele depende uma sociedade mais crítica e mais justa onde se respeitem as muitas e variadas falas.

## Referências Bibliográficas

- Bagno, Marcos (1999). *Preconceito lingüístico*. São Paulo, Edições Loyola.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo, Parábola Editorial.
- Barros, Diana Luz Pessoa de (1997). A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: definições e imagens. In: Preti, Dino (org.). *O discurso oral culto*. São Paulo, Humanitas Publicações FFLCH-USP.
- Bechara, Evanildo (2001). *Moderna gramática portuguesa*. 37ª. edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- Castilho, Ataliba Teixeira de & Preti, Dino (orgs.) (1987). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, Vol. II (Diálogos entre dois informantes). São Paulo, T. A. Queiroz/FAPESP.
- Coseriu, Eugenio (1979). *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Rio de Janeiro, Presença; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- Cunha, Celso (1971). *Gramática do português contemporâneo*. 2ª edição. Belo Horizonte (MG), Editora Bernardo Álvares S/A.
- \_\_\_\_\_. & Cintra, Lindley (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Dionísio, Ângela (2001). Variedades lingüísticas: avanços e entraves. In: Dionísio, Ângela & Bezerra, Maria Auxiliadora (orgs.). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- Leite, Marli Quadros (1997). Purismo no discurso oral culto. In: Preti, Dino (org.). *O discurso oral culto*. São Paulo, Humanitas Publicações FFLCH-USP.
- \_\_\_\_\_. (2000). A influência da língua falada na gramática tradicional. In: Preti, Dino (org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo, Humanitas Publicações FFLCH-USP.
- Marcuschi, Luiz Antônio (2001). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo, Editora Cortez.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1996). *Contradições no ensino do português*. São Paulo, Contexto; Salvador (BA), Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Possenti, Sírio (1996). *Por que (não) ensinar gramática na escola?*. Campinas (SP), Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil.
- Preti, Dino (1997). A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. In: Preti, Dino (org.). *O discurso oral culto*. São Paulo, Humanitas Publicações FFLCH-USP.
- \_\_\_\_\_. (1998). Tipos de *frame* e falantes cultos. In: Preti, Dino (org.). *Estudos de Língua Falada: variações e confrontos*. São Paulo, Humanitas Publicações FFLCH-USP.
- Saviani, Dermeval (1997). *Escola e democracia*. 31ª edição. Campinas (SP), Autores Associados.
- Travaglia, Luiz (1996). *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramáticas no 1º e 2º graus*. São Paulo, Cortez.